

Arteris Fluminense

Autopista Fluminense S.A.

CNPJ/MF nº 09.324.949/0001-11

Relatório da Administração - 2024

Niterói, 27 de fevereiro de 2025 – A Autopista Fluminense S.A. (“Companhia” ou “Fluminense”) atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em milhares de reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas demonstrações contábeis, não foram revisados pelos auditores independentes. Em observância às disposições constantes na Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFR, emitida nesta data, e com as respectivas Informações Anuais, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Destaque Operacionais e Financeiros – 2024

Tráfego Pedagiado: A Companhia apresentou crescimento de 9,0% no tráfego no exercício de 2024, com 51,6 milhões de veículos equivalentes. O mix de veículos equivalentes foi de 56,6% do tráfego representado por veículos pesados e 43,4% por veículos de leves.

Receita de Pedágio: A receita de pedágio da Companhia totalizou R\$ 241,5 milhões no exercício de 2024, com crescimento de 32,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou R\$ 237,0 milhões no exercício de 2024, decréscimo de 28,3%, com margem de 65,9%.

Desempenho Operacional

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes (Mil)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Total	13.286	12.400	7,1%	51.607	47.342	9,0%
Leves	5.711	5.746	(0,6%)	22.381	22.164	1,0%
Pesados	7.576	6.655	13,8%	29.226	25.178	16,1%

A Fluminense registrou 51,6 milhões de veículos equivalentes no exercício 2024, aumento de 9,0% em comparação ao exercício de 2023. O mix de veículos foi de 56,6% para os pesados e 43,4% para os leves. No comparativo trimestral, a Companhia registrou um tráfego de 13,3 milhões de veículos equivalentes (+7,1%) no 4T24.

O tráfego de veículos leves foi impulsionado por férias escolares e feriados prolongados. No segmento de veículos pesados, a cobrança de eixos suspensos desde maio de 2024 e o aumento das exportações de açúcar e melão contribuíram para o crescimento. A maior movimentação nos portos do Rio de Janeiro, impulsionada pelo avanço das exportações e importações, também teve impacto positivo, com o petróleo superando a soja como principal produto exportado pelo Brasil em 10 anos.

Tarifa Média

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Tarifa Média	4,93	3,94	25,0%	4,68	3,85	21,5%

Atualmente, para a Fluminense, a tarifa praticada nas praças de pedágio é de R\$ 7,10. Porém, como pode ser visto na tabela, a tarifa média da concessionária registrada foi de R\$ 4,68 no exercício de 2024, representando um aumento de 21,5% em relação ao mesmo período de 2023. Para o trimestre,

Custos e Despesas

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(38.639)	(30.884)	25,1%	(122.605)	(121.788)	0,7%
Pessoal	(10.497)	(9.174)	14,4%	(36.434)	(34.451)	5,8%
Conservação	(4.725)	(4.511)	4,7%	(18.347)	(17.763)	3,3%
Serviços de terceiros	(5.565)	(5.899)	(5,7%)	(22.239)	(22.387)	(0,7%)
Seguros e garantias	(662)	(678)	(2,4%)	(2.591)	(2.579)	0,5%
Verba de fiscalização	(1.698)	(1.625)	4,5%	(6.766)	(6.468)	4,6%
Outros	(15.492)	(8.997)	72,2%	(36.228)	(38.140)	(5,0%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(80.103)	(78.415)	2,2%	(187.294)	(360.904)	(48,1%)
Prov. para redução ao valor recuperável	(1.096)	(1.853)	(40,9%)	50.300	(51.834)	(197,0%)
Custo dos serviços de construção	(18.432)	(27.876)	(41,1%)	(50.029)	(89.590)	(44,2%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(2.307)	5.658	(140,8%)	(36.482)	(16.523)	120,8%
Depreciação e Amortização	(60.268)	(54.344)	10,9%	(151.083)	(202.957)	(25,6%)

O custo de despesas operacionais totalizaram R\$ 309,9 milhões no exercício de 2024, redução de 35,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 122,6 milhões, aumento de 0,7% em comparação ao período anterior. Na comparação com a Companhia apresentaram saldo de R\$ 2,5 milhões no exercício de 2024, movimento em linha com o saldo apresentado no mesmo período de 2023. Com relação ao 4T24, o saldo contabilizado nessa linha foi de R\$ 0,663 milhão movimento também em linha na comparação entre os períodos.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
EBITDA	42.605	95.100	(55,2%)	250.831	262.156	(4,3%)
Margem EBITDA ¹	50,3%	77,8%	(27,5 p.p.)	69,7%	58,0%	11,8 p.p.
(+) Prov. para manutenção de rodovias	2.307	(5.658)	(140,8%)	36.482	16.523	120,8%
(+) Prov. para redução ao valor recuperável	1.096	1.853	(40,9%)	(50.300)	51.834	(197,0%)
EBITDA Ajustado²	46.008	91.295	(49,8%)	237.013	330.513	(28,3%)
Margem EBITDA Ajustada ²	54,4%	74,7%	(20,4 p.p.)	65,9%	73,1%	(7,2 p.p.)

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2 A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3 Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

O EBITDA da Companhia no exercício de 2024 apresentou valor de R\$ 250,8 milhões, com variação negativa de 4,3% e margem de 69,7%. No 4T24, o EBITDA foi de R\$ 42,6 milhões, apresentando uma variação negativa de 55,2% em relação ao 4T23.

O EBITDA Ajustado, por sua vez, totalizou R\$ 237,0 milhões no exercício de 2024, redução de 28,3% e margem ajustada de 65,9%. No 4T24, o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 46,0 milhões, registrando uma variação negativa de 49,8%.

Depreciação e Amortização

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Depreciação e Amortização	60.268	54.344	10,9%	151.083	202.957	(25,6%)

A conta de depreciação e amortização da Companhia somou, no exercício de 2024, o valor de R\$ 151,1 milhões, redução de 25,6% em relação ao exercício de 2023. No comparativo trimestral, o valor contabilizado foi de R\$ 60,3 milhões, aumento percentual de 10,9% com relação ao mesmo período do ano anterior. A diminuição considerável nessa conta, como citado anteriormente, decorre da extensão de prazo do processo de devolução da Companhia, uma vez que a curva de amortização se tornou maior.

Resultado Financeiro

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Financeiro	(59.223)	(44.655)	32,6%	(202.319)	(176.196)	14,8%
Receitas financeiras	184	152	21,1%	595	792	(24,9%)
Despesas financeiras	(59.407)	(44.807)	32,6%	(202.914)	(176.988)	14,6%

O resultado financeiro contabilizado pela Fluminense foi de uma despesa financeira de R\$ 202,3 milhões no exercício de 2024, um aumento de 14,8% em relação ao mesmo período de 2023. Referente ao 4T24, o valor apresentado foi de uma despesa financeira de R\$ 59,2 milhões.

IR e CSLL

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
IR e CSLL	-	-	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-	-

A Companhia não apresentou saldo na linha de impostos nos anos de 2023 e 2024, conforme tabela acima.

Resultado Líquido

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Resultado Líquido	(76.886)	(3.899)	1.871,9%	(102.571)	(116.997)	(12,3%)

O Resultado Líquido registrado pela Companhia no exercício de 2024 foi negativo em R\$ 102,6 milhões, redução de 12,3% comparado ao exercício de 2023. O resultado apresentado no trimestre teve um aumento de 1.871,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Endividamento

R\$ mil	4T24	3T24	Δ%
Divida Bruta	109.757	166.149	(33,9%)
Curto Prazo	55.314	84.136	(34,3%)
Longo Prazo	54.443	82.013	(33,6%)
Posição de Caixa	10.523	3.936	167,4%
Caixa e equivalentes de caixa	10.523	3.936	167,4%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	-	-	-
Divida Líquida	99.234	162.213	(38,8%)

¹ Curto e Longo Prazo

A Fluminense apresentou um endividamento bruto de R\$ 109,8 milhões, redu-

ção de 33,9% em relação ao 3T24. Redução em linha com as amortizações mensais do contrato de financiamento junto ao BNDES. Com relação à dívida líquida, no 4T24, o saldo apresentado foi de R\$ 99,2 milhões, queda 38,8% comparado ao trimestre anterior.

Desempenho Econômico-financeiro

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita Operacional	109.324	157.526	(30,6%)	441.290	569.700	(22,5%)
Receitas de pedágio	65.444	48.864	33,9%	241.531	182.369	32,4%
Receitas de cons-trução	16.432	27.876	(41,1%)	50.029	89.590	(44,2%)
Remuneração do ativo financeiro	26.785	80.143	(66,6%)	147.251	295.181	(50,1%)
Outras Receitas	663	643	3,1%	2.479	2.560	(3,2%)
Deduções	(8.245)	(7.471)	10,4%	(31.643)	(27.809)	13,8%
Receita Operacional Líquida	101.079	150.055	(32,6%)	409.647	541.891	(24,4%)
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	57.862	42.036	37,6%	212.367	157.120	35,2%

¹ Excluindo a Receita de Construção e a Remuneração do Ativo Financeiro

Receita de Pedágio: A receita bruta de pedágio no exercício de 2024 totalizou R\$ 241,5 milhões, representando um decréscimo de 22,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 65,4 milhões, redução de 30,6% na comparação com o 4T23. O desempenho reflete, principalmente, a extensão do prazo de devolução amigável, com impacto direto na remuneração do ativo financeiro.

Receitas de Construção: As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 50,0 milhões no exercício de 2024, uma redução de 44,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T24, a receita foi de R\$ 16,4 milhões, queda de 41,1% na comparação com o 4T23. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Remuneração do Ativo Financeiro: No exercício de 2024, a linha de receita de Remuneração do Ativo financeiro totalizou R\$ 147,3 milhões, uma redução de 50,1% em relação ao mesmo período de 2023. A variação negativa reflete a extensão de prazo da devolução amigável da Companhia ao Poder Concedente até março de 2025, conforme informado no 1T24.

No comparativo trimestral, o saldo foi de R\$ 26,8 milhões, variação negativa de 66,6% em relação ao mesmo período de 2023.

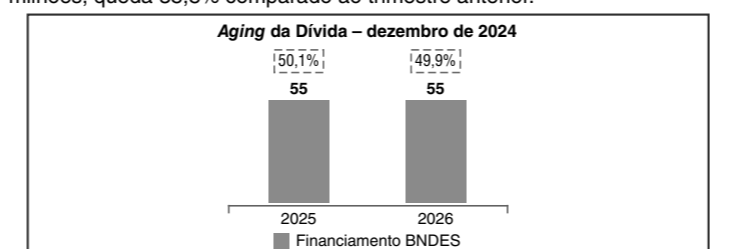
Outras Receitas: As receitas acessórias da Companhia apresentaram saldo de R\$ 2,5 milhões no exercício de 2024, movimento em linha com o saldo apresentado no mesmo período de 2023. Com relação ao 4T24, o saldo contabilizado nessa linha foi de R\$ 0,663 milhão movimento também em linha na comparação entre os períodos.

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(38.639)	(30.884)	25,1%	(122.605)	(121.788)	0,7%
Pessoal	(10.497)	(9.174)	14,4%	(36.434)	(34.451)	5,8%
Conservação	(4.725)	(4.511)	4,7%	(18.347)	(17.763)	3,3%
Serviços de terceiros	(5.565)	(5.899)	(5,7%)	(22.239)	(22.387)	(0,7%)
Seguros e garantias	(662)	(678)	(2,4%)	(2.591)	(2.579)	0,5%
Verba de fiscalização	(1.698)	(1.625)	4,5%	(6.766)	(6.468)	4,6%
Outros	(15.492)	(8.997)	72,2%	(36.228)	(38.140)	(5,0%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(80.103)	(78.415)	2,2%	(187.294)	(360.904)	(48,1%)
Prov. para redução ao valor recuperável	(1.096)	(1.853)	(40,9%)	50.300	(51.834)	(197,0%)
Custo dos serviços de construção	(18.432)	(27.876)	(41,1%)	(50.029)	(89.590)	(44,2%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(2.307)	5.658	(140,8%)	(36.482)	(16.523)	120,8%
Depreciação e Amortização	(60.268)	(54.344)	10,9%	(151.083)	(202.957)	(25,6%)

O custo de despesas operacionais totalizaram R\$ 309,9 milhões no exercício de 2024, redução de 35,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 122,6 milhões, aumento de 0,7% em comparação ao período anterior. Na comparação com a Companhia apresentaram saldo de R\$ 2,5 milhões no exercício de 2024, movimento em linha com o saldo apresentado no mesmo período de 2023. Com relação ao 4T24, o saldo contabilizado nessa linha foi de R\$ 0,663 milhão movimento também em linha na comparação entre os períodos.

R\$ mil	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(38.639)	(30.884)	25,1%	(122.605)	(121.788)	0,7%
Pessoal	(10.497)	(9.174)	14,4%	(36.434)	(34.451)	5,8%
Conservação	(4.725)	(4.511)	4,7%	(18.347)	(17.763)	3,3%
Serviços de terceiros	(5.565)	(5.899)	(5,7%)	(22.239)	(22.387)	(0,7%)
Seguros e garantias	(662)	(678)	(2,4%)	(2.591)	(2.579)	0,5%
Verba de fiscalização	(1.698)	(1.625)	4,5%	(6.766)	(6.468)	4,6%
Outros	(15.492)	(8.997)	72,2%	(36.228)	(38.140)	(5,0%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(80.103)	(78.415)	2,2%	(187.294)	(360.904)	(48,1%)
Prov. para redução ao valor recuperável	(1.096)	(1.853)	(40,9%)	50.300	(51.834)	(197,0%)
Custo dos serviços de construção	(18.432)	(27.876)	(41,1%)	(50.029)	(89.590)	(44,2%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(2.307)	5.658	(140,8%)	(36.482)	(16.523)	120,8%
Depreciação e Amortização	(60.268)	(54.344)	10,9%	(151.083)	(202.957)	(25,6%)

O custo de despesas operacionais totalizaram R\$ 309,9 milhões no exercício de 2024, redução de 35,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando a provisão para redução ao valor recuperável, o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 122,6 milhões, aumento de 0,7% em comparação ao período anterior. Na comparação com a Companhia apresentaram saldo de R\$ 2,5 milhões no exercício de 2024, movimento em linha com o saldo apresentado no mesmo período de 2023. Com relação ao 4T24, o saldo contabilizado nessa linha foi de R\$ 0,663 milhão movimento também em linha na comparação entre os períodos.



No exercício de 2024, 100% da dívida da Companhia estava financiada pelo BNDES, totalmente atrelada à TJLP.

Investimentos Realizados

R\$ Mil

Arteris Fluminense

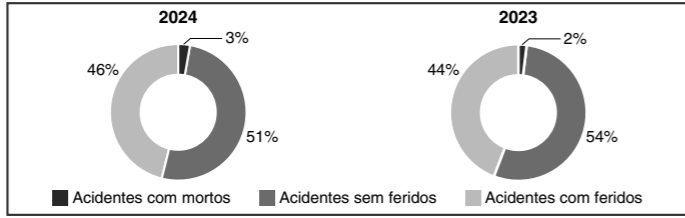
Autopista Fluminense S.A.

CNPJ/MF nº 09.324.949/0001-11

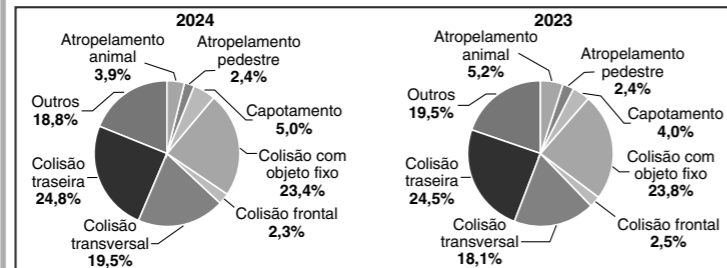
... continuação do Relatório da Administração

b) Caracterização do Tráfego

Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



c) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de veículo	Oficiais	Reservas	Total	Qtde/405,56 km
Viatura de Inspeção	7	2	9	2,80%
Guincho Leve	10	3	13	4,04%
Guincho Pesado	3	-	3	0,93%
Caminhão Pipa*	2	-	2	0,62%
Caminhão Munck	1	-	1	0,31%
AC - Ambulância Stand	7	1	8	2,48%
AD - Ambulância UTI	4	-	4	1,24%
Moto de inspeção	1	-	1	0,31%
Total de veículos operacionais	35	6	41	12,73%
Administração	6	-	6	1,86%
Tráfego	-	-	-	0,00%
Operação	7	-	7	2,17%
Arrecadação	-	-	-	0,00%
Segurança de trabalho	3	-	3	0,93%
Manutenção Tecnológica	5	-	5	1,55%
Obras e Conserva*	29	-	29	9,01%
Caminhonete ANTT	2	-	2	0,62%
Total de veículos de apoio	52	-	52	16,15%
Total de veículos	87	6	93	28,88%

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
Tráfego		
Operador de Guincho	39	0,00
Inspeção de Tráfego	37	0,00
Operador de Guincho Pesado	15	0,00
Operador de Pipa	6	0,00
Supervisor de Operações	6	0,00
Inspeção de Tráfego Motociclista	2	0,00
Coordenador de Operação	2	0,00
Analista de Tráfego Jr	1	0,00
Gerente de Operações	1	0,00
Assistente Administrativo	1	0,00
Analista Operacional PI	1	0,00
Analista Administrativo Jr	1	0,00
Total Tráfego	110	0,00
Arrecadação		
Controlador de Pedágio I	20	0,00
Operador de Pedágio	149	0,00
Analista de CCA Jr	1	0,00
Total Arrecadação	170	0,00
Operação		
Operador de CCO	12	0,00
Supervisor de CCO	1	0,00
Total Operação	13	0,00
Demais áreas		
Inspeção de Fiscalizacão Iii	4	0,00
Tecnico de Manutencao Ii	4	0,00
Inspeção de Fiscalizacão Ii	7	0,00
Assistente Tecnico Iii	4	0,00
Assistente Tecnico Ii	2	0,00
Engenheiro Ii	2	0,00
Tecnico de Seguranca do Trabalho PI	2	0,00
Assistente Tecnico Iv	2	0,00
Engenheiro I	1	0,00
Auxiliar de Topografia Ii	2	0,00
Assistente Administrativo	4	0,00
Analista de Ccso Jr	1	0,00
Coordenador de Implantação e Conserva	2	0,00
Analista de Engenharia Sr	1	0,00
Tecnico de Manutencao I	5	0,00
Topografo	1	0,00
Engenheiro Civil Ii	1	0,00
Analista de Engenharia Jr	1	0,00
Analista de Engenharia PI	2	0,00
Analista de Responsabilidade Social PI	1	0,00
Analista de Faixa de Dominio Jr	1	0,00
Coordenador de Pavimento	1	0,00
Analista de Comunicacao Sr	1	0,00
Analista de Controladoria PI	1	0,00
Analista de Rh PI	1	0,00
Analista Predial Sr	1	0,00
Tecnico de Seguranca do Trabalho Sr	1	0,00
Inspeção de Faixa de Dominio Jr	1	0,00
Auxiliar de Laboratorio Ii	1	0,00
Analista de Assuntos Regulatórios Sr	1	0,00
Gerente de Contrato de Concessão	1	0,00
Analista de Facilites PI	1	0,00
Gerente Técnico	1	0,00
Analista de Meio Ambiente PI	1	0,00
Analista de Sistemas Jr	1	0,00
Coordenador de Engenharia	1	0,00
Gerente de Implantação e Conserva	1	0,00
Coordenador de Meio Ambiente	1	0,00
Analista de Planejamento Financeiro Sr	1	0,00
Diretor Superintendente	1	0,00
Analista de Planejamento PI	1	0,00
Analista de Qualidade PI	1	0,00
Motorista Ii	1	0,00
Supervisor de Manutencao	1	0,00
Coordenador de Controladoria	1	0,00
Auxiliar de Laboratorio I	1	0,00
Auxiliar de Laboratorio	1	0,00
Analista de Mobilidade PI	1	0,00
Coordenador de Manutencao	1	0,00
Encarregado I	1	0,00
Coordenador de Faixa de Dominio	1	0,00
Analista de Controladoria Jr	1	0,00
Consultor de Rh Sr	1	0,00
Coordenador de Operacao	1	0,00
Analista de Medição Jr	1	0,00
Comprador Sr	1	0,00
Coordenador de Tecnologia da Informacao	1	0,00
Analista Financeiro Sr	1	0,00

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
Tecnico de Sistemas I	1	0,00
Analista Comercial Sr	1	0,00
Engenheiro Civil IV	1	0,00
Laboratorista II	1	0,00
Projetista PI	1	0,00
Especialista de Processos	1	0,00
Gerente de TI	1	0,00
Total Demais áreas	94	0,00
Total Geral	387	0,00

d) Dados de Operação da Concessão: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 - Campos dos Goytacazes	Bidirecional	7,1	14,2	10,65	21,3	14,2	28,4	35,5	42,6	3,55
P2 - Campos dos Goytacazes	Bidirecional	7,1	14,2	10,65	21,3	14,2	28,4	35,5	42,6	3,55
P3 - Casemiro de Abreu	Bidirecional	7,1	14,2	10,65	21,3	14,2	28,4	35,5	42,6	3,55
P4 - Rio Bonito - P4	Bidirecional	7,1	14,2	10,65	21,3	14,2	28,4	35,5	42,6	3,55
P5 - São Gonçalo	Unidirecional	7,1	14,2	10,65	21,3	14,2	28,4	35,5	42,6	3,55

Concessionária em Números		
Dados anuais e por empresa	KM	%
Quilômetros de rodovia	322	
Número de veículos que transitaram	Nº	%
CAT-01	21.648.354	72,1%
CAT-02	2.112.744	7,0%
CAT-03	132.489	0,4%
CAT-04	1.456.194	4,8%
CAT-05	34.102	0,1%
CAT-06	1.035.620	3,4%
CAT-07	722.353	2,4%

Praça de Pedágio	Cobrança	CAT 1	CAT 2	CAT 3	CAT 4	CAT 5	CAT 6	CAT 7	CAT 8	CAT 9
P1 - Campos dos Goytacazes	Bidirecional	7,1	14,2	10,65	21,3	14,2	28,4	35,5	42,6	3,55
P2 - Campos dos Goytacazes	Bidirecional	7,1	14,2	10,65	21,3	14,2	28,4	35,5	42,6	3,55
P3 - Casemiro de Abreu	Bidirecional	7,1	14,2	10,65	21,3	14,2	28,4	35,5	42,6	3,55
P4 - Rio Bonito - P4	Bidirecional	7,1	14,2	10,65	21,3	14,2	28,4	35,5	42,6	3,55
P5 - São Gonçalo	Unidirecional	7,1	14,2	10,65	21,3	14,2	28,4	35,5	42,6	3,55

Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional			
BR 101/RJ	322,1	322,1	513,9			
Total	322,1	322,1	513,9			
Rodovia	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F
BR 101/RJ	23%	19%	18%	21%	18%	1%
Mês	Média diária					
Jan	139670,6	8,26%				
Fev	136954,1	8,10%				
Mar	134402,3	7,94%				
Abr	136078,3	8,04%				
Mai	135356,1	8,00%				
Jun	138373,7	8,18%				
Jul	148102,5	8,75%				
Ago	143568,9	8,49%				
Set	146048,7	8,63%				
Out	142982,7	8,45%				
Nov	145268,2	8,59%				
Dez	145026,3	8,57%				
Total	1.691.832,29	100%				

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente 141.389,38

Áreas	
Administrativo	39
Jurídico	1
Comunicação	1
Meio Ambiente	4
Centro de Controle Operacional	14
Arrecadação	178
Conservação (engenharia)	16
Pavimentação (engenharia)	19
Obras (engenharia)	7
Projetos (engenharia)	9
Manutenção Tecnológica (rodovia)	12

Balanco Social	Valor	% FPB	% RL
1 - Base de cálculo			
Faturamento Bruto	441.290		569.700
Receita líquida (RL)	409.647		541.891
Resultado operacional (RO)	(102.571)		(116.997)
Folha de pagamento bruta (FPB)	16.359		16.100
Folha de pagamento bruta - total remunerações	16.359		16.100
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A		N/A

2 - Indicadores sociais internos	Valor	% FPB	% RL
Alimentação	3.444	21,1%	0,8%
Encargos Sociais	6.750	41,3%	1,6%
Previdência privada	221	1,4%	0,1%
Saúde	3.116	19,0%	0,8%
Segurança e Saúde no trabalho	174	1,1%	0,0%
Educação	18	0,1%	0,0%
Cultura	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	66	0,4%	0,0%
Creches ou auxilio creche	160	1,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	2.012	12,3%	0,5%
Outros	296	1,8%	0,1%
Total - Indicadores sociais internos	16.257	99,4%	4,0%

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% FPB	% RL
Educação	97	0,6%	0,0%
Cultura	-	0,0%	0,0%
Saúde e saneamento	-	0,0%	0,0%
Esporte	-	0,0%	0,0%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,0%	0,0%
Outros	9	0,1%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	106	0,6%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	31.378	191,8%	7,7%
Total - Indicadores sociais externos	31.484	192,5%	7,7%

4 - Indicadores ambientais

5 - Indicadores do corpo funcional	Valor	% FPB	% RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	271	1,7%	0,1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	3.945	24,1%	1,0%
Total de investimentos em meio ambiente	4.215	25,8%	1,0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:			
() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%			
5 - Indicadores do corpo funcional			
Nº de colaboradores ao final do período	415		410
Tempo de serviço até seis meses	9,0%		9,3%
Tempo de serviço de seis meses a um ano	7,3%		4,9%
Tempo de serviço entre um e dois anos	8,1%		13,9%
Tempo de serviço entre dois e cinco anos	21,3%		26,4%
Tempo de serviço mais de cinco anos	55,7%		55,7%
Nº de admissões durante o período	81		68
Nº de demissões durante o período	76		68
Nº de colaboradores terceirizados	582		989
Nº de estagiários (as)	7		7
Nº de colaboradores com até 18 anos	6		5
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	42		43
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	297		294
Nº de colaboradores acima de 45 anos	70		68
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	152		152
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,7%		0,7%
Remuneração paga a mulheres no período	4.914		4.261
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	63		60
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%		0%
Nº de pessoas com deficiência física ou			

Arteris
Fluminense

Autopista Fluminense S.A.

CNPJ/MF nº 09.324.949/0001-11

... continuação do Relatório da Administração

Balanco Social	2024	2023			
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial					
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	65	38			
Número total de acidentes de trabalho	1	5			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (x) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (x) direção e gerenciais () todos os colaboradores			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (x) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (x) todos + CIPA			
Quando a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (x) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (x) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT			
A previdência privada contempla:	() direção e gerenciais (x) todos os colaboradores () não se aplica	() direção e gerenciais (x) todos os colaboradores () não se aplica			

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.194	8.294	Financiamentos	13	55.314	111.793
Aplicações financeiras	5	3.329	–	Fornecedores	14	10.563	16.545
Contas a receber	6	18.789	18.028	Arrendamento mercantil a pagar	15	2.934	3.748
Contas a receber – partes relacionadas	16	–	2	Obrigações sociais		7.539	5.762
Despesas antecipadas		1.322	2.324	Obrigações fiscais		5.033	4.525
Impostos a recuperar		320	373	Contas a pagar – partes relacionadas	16	4.494	3.059
Adiantamentos a fornecedor		447	448	Cauções contratuais	14	7.367	10.783
Outros créditos		57	906	Taxa de fiscalização		566	542
Total do ativo circulante		31.458	30.375	Provisão para manutenção em rodovias	18	28.153	43.320
Não Circulante				Outras contas a pagar		2.359	3.513
Ativo financeiro	9	895.201	904.404	Total do passivo circulante		124.322	203.570
Despesas antecipadas		251	247	Não Circulante			
Depósitos judiciais	18	1.216	768	Financiamentos	13	54.443	108.458
Outras contas a receber	6	1.305	1.138	Arrendamento mercantil a pagar	15	–	2.647
Total do ativo realizável a longo prazo		897.973	906.557	Obrigações fiscais		90.313	65.530
Direito de uso	10	2.714	5.969	Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	16	1.400.879	1.248.017
Imobilizado	11	416	1.474	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	18	50.303	34.961
Intangível	12	60.344	94.024	Total do passivo não circulante		1.595.938	1.459.613
Total do ativo não circulante		961.447	1.008.024	Total do passivo		1.720.260	1.663.183
Total do Ativo		992.905	1.038.399	Patrimônio Líquido			
				Capital social	19	1.034.789	1.034.789
				Prejuízos acumulados		(1.762.144)	(1.659.573)
				Total do patrimônio líquido		(727.355)	(624.784)
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		992.905	1.038.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais – R\$)

	Capital Social Integrado	Prejuízos acumulados	Total	31/12/2024	31/12/2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.034.789	(1.542.576)	(507.787)	(102.571)	(116.997)
Prejuízo do exercício	–	(116.997)	(116.997)	(102.571)	(116.997)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.034.789	(1.659.573)	(624.784)	(102.571)	(116.997)
Prejuízo do exercício	–	(102.571)	(102.571)	(102.571)	(116.997)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.034.789	(1.762.144)	(727.355)	(102.571)	(116.997)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Milhares de Reais – R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício		(102.571)	(116.997)	Aquisições de itens do ativo imobilizado	23	(170)	(440)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:				Aquisições de itens do intangível	23	(49.214)	(129.389)
Depreciações e amortizações		151.083	202.957	Aplicação financeira		(3.329)	3.811
Provisão para perdas esperadas	6 e 22	130	95	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(52.713)	(126.018)
Juros e variações monetárias sobre debêntures privadas		153.034	152.660	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Juros e variações monetárias de financiamentos		(1.890)	–	Empréstimos e financiamentos:			
Despesas (receitas) financeira dos ajustes a valor presente		2.625	3.983	Pagamento arrendamento mercantil	15	(4.819)	(4.601)
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	18	11.525	3.710	Captações de empréstimos empresas ligadas	16	13.200	69.900
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	18	6.802	1.441	Pagamento empréstimos – principal	13	(112.023)	(102.527)
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	18	36.482	16.523	de financiamento		(103.642)	(37.228)
Processo relicitação Lei 13.448/17	9	108.300	204.786	(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		8.294	4.844
Remuneração do ativo financeiro	9	(147.251)	(295.181)	Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		7.194	8.294
Redução (aumento) dos ativos operacionais:							
Contas a receber – partes relacionadas		(1.058)	(1.697)				
Despesas antecipadas		998	174				
Impostos a recuperar		53	8				
Outros créditos		849	55				
Depósitos judiciais		157	(200)				
Aumento (redução) dos passivos operacionais:							
Fornecedores		(8.411)	41.355				
Fornecedores – partes relacionadas		5	1.432				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Autopista Fluminense S.A. (“Sociedade” ou “Fluminense”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua XV de Novembro, nº 4, Salas 902 e 903, Torre Sul, Centro, Constituída em Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2007, sua controladora e holding é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social a exploração do lote rodoviário-BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa do RJ/ES e Ponte Presidente Costa e Silva, objetivo do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos, iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia. A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por uma mix de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a (i) holding não financeira espanhola Participes em Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury L.L.C. e (iii) a holding brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. **Relicitação:** Em continuidade ao protocolo do pedido de adesão ao processo de relicitação divulgado em 19 de maio de 2020, no qual foi comunicada a intenção da Sociedade de aderir ao processo de relicitação referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Autopista Fluminense S.A., que tomou ciência em 09 de setembro de 2021 de que a Diretoria Geral da ANTT atestou pela viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. Ato subsequente, tal como previsto no Decreto nº 9957/19, o processo foi remetido para o Ministério da Infraestrutura, que, declarou a compatibilidade do requerimento de relicitação. Ainda em cumprimento ao tramite previsto no Decreto, o Ministério da Infraestrutura remeteu o processo ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (“CPPI”), que, aos 16 de dezembro de 2021, opinou favoravelmente à relicitação. Em 21 de março de 2022, foi assinado pelo Presidente da República, o Decreto de nº 11.005 que qualificou no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (“PPI”), o trecho concedido para fins de relicitação. Em 15 de junho de 2022, a ANTT publicou no Diário Oficial da União (“DOU”), a Deliberação de nº 201/2022, aprovando a celebração do 2º termo aditivo ao contrato de concessão com a concessionária Autopista Fluminense S.A., estabelecendo as obrigações relativas ao processo de relicitação do trecho concedido. O prazo final de vigência do 2º termo aditivo é de 24 meses contados da data de publicação do Decreto de nº 11.005 de 21 de março de 2022. O prazo de transição do processo de relicitação poderá ser prorrogado mediante deliberação do Conselho do Programa de Parcerias do Investimentos – CPPI com anuência expressa da Sociedade. Durante o período de transição que se inicia com a assinatura do 2º termo aditivo, até a entrega da concessão ao novo operador, todos os serviços de atendimento aos usuários, prestação dos serviços de

manutenção, conservação, operação e monitoramento, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato de Concessão Originário e mantidos no Anexo I do termo aditivo, continuarão a ser prestados e realizados normalmente, a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao empreendimento. **Termo aditivo nº 003/2024:** O CPPI aprovou a resolução nº 299 no dia 12 de março de 2024 que prevê a possibilidade de prorrogação do processo de relicitação por mais 24 meses a contar da data de 21 de março de 2024. Ato contínuo, em 20 de março de 2024 foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão entre a Sociedade e ANTT. O referido documento tem por objeto o que segue: (i) Prorrogar o prazo de vigência do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 21 de março de 2024; (ii) Definir o valor da tarifa a ser praticada e da tarifa calculada na vigência deste Termo Aditivo, das quais passaram a ser respectivamente R\$6,90 (seis reais e noventa centavos) e R\$4,73846 (quatro reais, setenta e três mil, oitocentos e quarenta e seis centésimos de milésimos), com data-base de junho de 2023. A tarifa calculada será base para o cálculo do excedente tarifário concludente a suspensão das obrigações de investimentos não essenciais; (iii) Durante a vigência do Termo Aditivo, a Sociedade deverá continuar a prestar os serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração da rodovia conforme anexo I deste Termo Aditivo. A Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que os impactos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em decorrência dos fatos acima descritos, refletem as mudanças no modelo de negócio, de acordo com norma ICPC 01 (R1 – Contratos de Concessão), uma vez que a Sociedade passa a ter direito a uma indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, recebida ao final do período de transição e paga pelo poder concedente (ou a quem ele transferir essa obrigação), conforme apresentado na nota explicativa nº 9. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a estes temas.

2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio no BR-101/km 252-RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 176,6 km de duplicação de rodovia; • 3,8 km de vias laterais; • 28,3 km de variantes e contornos; • Construção de 17 passarelas; • Construção de 5 praças de pedágio; • Construção de 7 bases de serviços operacionais – BSOs; • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem; • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de fevereiro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de con-

A participação nos lucros ou resultados contemplos:	() direção () direção e gerenciais (x) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (x) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (x) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (x) são exigidos
Quando à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (x) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (x) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	0% no PROCON 2% na Justiça	0% no PROCON 7% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	181.410	135.132
Distribuição do Valor Adicionado	17,6% Governo	20,9% Governo
Distribuição do Valor Adicionado – Acionistas	34,1%	33,6%
Distribuição do Valor Adicionado – Colaboradores	20,1%	25,5%
Distribuição do Valor Adicionado – Terceiros	28,2%	19,9%
Distribuição do Valor Adicionado – Retidos	0,0%	–

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais – R\$, exceto o prejuízo do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional Líquida		20	20
Custo dos Serviços Prestados		21	(319.968)
Lucro Bruto		89.679	154.031
(Despesas) Receitas Operacionais		21	(43.279)
Gerais e administrativas		(130)	(44.059)
Provisão para perdas esperadas	6 e 21	(130)	(95)
Provisão para redução ao valor recuperável		50.300	(51.834)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		3.178	1.156
Resultado Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		10.069	(94.832)
Resultado Financeiro		99.748	59.199
Receitas financeiras	22	595	792
Despesas financeiras	22	(202.914)	(176.988)
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(102.571)	(116.997)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(102.571)	(116.997)
Correntes	7	–	–
Diferidos	7	–	–
Prejuízo do Exercício		(102.571)	(116.997)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído – R\$		(0,1557)	(0,1776)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do Exercício	(102.571)	(116.997)
Resultado Abrangente do Exercício	(102.571)	(116.997)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		20	20
Receita de serviços prestados		241.531	182.369
Receita de serviços de construção		50.029	89.590
Outras receitas		152.909	298.897
Juros capitalizados	2	13.301	12.811
Insumos Adquiridos de Terceiros		457.770	583.667
Custo dos serviços prestados		(38.664)	(37.548)
Custo dos serviços de construção	21	(50.029)	(89.590)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		22.953	(87.226)
Custo da concessão		(9.341)	(9.037)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	21	(36.482)	(16.523)
Outros		(14.309)	(6.446)
Valor Adicionado Bruto		(125.872)	(246.370)
Depreciações e Amortizações		331.898	337.297
Valor Adicionado Líquido Produzido (retido)		(151.083)	(202.957)
Valor Adicionado Recebido em Transferência		180.815	134.340
Receitas financeiras	22	595	792
Valor Adicionado Total a Distribuir		181.410	135.132
Distribuição do Valor Adicionado		181.410	135.132
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		27.568	26.219
Benefícios		7.254	6.607
FGTS		1.613	1.626
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		13.812	12.309
Estaduais		13	–
Municipais		18.143	15.981
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros capitalizados BNDES		1.890	3.007
Aluguéis		(111)	185
Outras		49.354	23.731
Remuneração de capitais próprios:			
Juros		153.034	152.660
Juros capitalizados sobre debêntures privadas		11.411	9.804
Integralização de capital		(102.571)	(116.997)
Prejuízo do exercício</			

arteris

Fluminense

Autopista Fluminense S.A.

CNPJ/MF nº 09.324.949/0001-11

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

de serviços aos usuários. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade avaliou e concluiu que não houve alterações nos indicadores que necessitassem a revisão das projeções sobre o fluxo de caixa futuro da Sociedade referente a provisão já reconhecida. No entanto, dada a experiência de outras companhias, e o atual estágio do processo de relicitação, a Sociedade considera a possibilidade desse processo se estender além dos próximos 12 meses, razão pela qual optou por manter o saldo do ativo financeiro no ativo não circulante. Termos de Ajuste de Conduta – TAC com ANTT: Em 05 de janeiro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na modalidade Multas – TAC Multas entre a Sociedade e a ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgamento na esfera administrativa. O valor de referência do presente TAC Multas após o desconto de 40% é de R\$125.825, que corresponde ao somatório das penalidades pecuniárias previstas no âmbito dos processos administrativos não transitado em julgamento. Com base nos valores das multas negociadas com a ANTT, resultaram em um desconto de R\$83.883, no entanto o impacto no resultado da Sociedade foi de R\$50.300 refletindo o ajuste às estimativas das contingências regulatórias administrativas já deduzidas do ativo financeiro conforme mencionado na nota explicativa nº 9. **Reapetição:** A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade informa que mantém conversas junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 30 de agosto de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos. Em 31 de dezembro de 2024 não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas demonstrações contábeis. A Sociedade segue avaliando e, manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas às temas divulgados acima.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e cumpriram a finalidade de informar a Administração e os investidores. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2025. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) **Julgamentos:** Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICP 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18. **Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão:** A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão. (ii) **Estimativas:** **Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de custo para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. **Provisão para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios:** A Sociedade reconhece provisões para demandas judiciais fiscais, civis, trabalhistas, regulatórias e ambientais. Avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de recisão em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 18. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos, avalia-se a disponibilidade de lucro tributável e os efeitos de outras diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. **4. Políticas Contábeis Materiais –** As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A partir de 01 de janeiro de 2024 entram em vigor as seguintes alterações dos CPC's: • Alterações ao CPC 40 referentes a acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”). A Administração avaliou e concluiu que não há impacto a ser refletido ou demonstrado nas demonstrações contábeis uma vez que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há saldos de acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”). • Alterações ao CPC 26 que introduziu mudanças na forma de tratamento de passivos circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants*. Tais alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade, a Sociedade deve levar em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contrapres-

tação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: (a) **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (b) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil:** No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Passivos financeiros – classificação como circulante e não circulante:** A Sociedade avalia quais passivos podem ser classificados como não circulantes se a houver um direito substantivo de adiar sua liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço. Esse direito deve ser válido e claramente definido nos termos contratuais ou legais existentes ao final de cada exercício. Se o passivo financeiro estiver sujeito a cláusulas restritivas, a sociedade avalia se está em conformidade com essas cláusulas restritivas ao final de cada exercício. **Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária:** Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e o registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo:** A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado:** **Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seu grupo é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de

caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquida de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos são atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável que excede R\$240 por ano para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas a quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Provisão para investimentos:** Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. **Provisão para manutenção:** Representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção dos níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. **Provisão para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios:** A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e

continua ...



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

arteris Fluminense

Autopista Fluminense S.A.

CNPJ/MF nº 09.324.949/0001-11

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.15 Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas:** As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em LFT-Over, LTN-Over e NTN-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras vinculadas possuem tal característica devido ao cumprimento de obrigações contratuais exigíveis contemplando as modalidades de BNDES. No que se trata de mensuração, ambas são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **4.16 Financiamentos:** Os Financiamentos são reconhecidos conforme diretrizes de passivos financeiros, sendo seus custos de transações incorridos deduzidos do principal e suas atualizações de juros conforme taxas estipuladas em cada contrato de acordo com o mencionado em notas explicativas correlatas. **4.17 Capital Social:** O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC.

4.18 Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio: As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes a juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos da Sociedade. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que, têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 19. **4.19 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas esperadas. O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas Demonstrações Contábeis. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. **4.20 Contas a pagar:** O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis. **4.21 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis:

a) IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Sociedade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Sociedade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. b) Outras normas contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	1.383	5.309
Aplicações financeiras (a)	5.911	2.985
Total	7.294	8.294

Aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Fundos de investimentos (b)	3.329	—
Total	3.329	—

a) Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 99,36% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, (99,59% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em LFT-Over, LTN-Over e NTN-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	18.703	17.286
Não Circulante	—	—

Pedágio eletrônico a receber 18.703 – 17.286 –
Cupons de pedágio a receber (a) 134 – 271 –
Cartões de pedágio a receber (b) 99 – 278 –
Receitas acessórias a receber (c) 78 1.305 287 1.138
Outras receitas a receber – – 1 –
Provisão para perdas esperadas (d) (225) – (95) –
Total **18.789** **1.305** **18.028** **1.138**

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. (b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito ou vale-pedágio. (c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos. (d) Refere-se a perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa para o contrato da empresa Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG em razão do prazo de vencimento dos títulos em aberto registrados no contas a receber da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade provisionou para perdas esperadas o montante de R\$130 (R\$95 em 31 de dezembro de 2023). Cronograma de recebimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	18.789	17.871
Não Circulante	—	—

Créditos a vencer 18.789 1.305 17.871 1.138
Créditos vencidos até 60 dias – – 67 –
Créditos vencidos de 61 a 90 dias – – 16 –
Créditos vencidos de 91 a 180 dias – – 4 –
Créditos vencidos há mais de 181 dias 225 – 166 –
19.014 **1.305** **18.123** **1.138**

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A conciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(102.571)	(116.997)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	34.874	39.779
Outras diferenças permanentes	(1.003)	(236)
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(33.871)	(39.543)
Total	—	—

Despesas de imposto de renda e contribuição social:

Correntes	—	—
Diferido	—	—

Alíquota efetiva de impostos 0% 0%

(*) Resultado contábil composto por despesas/receitas não tributáveis vide tabela item b). Sobre os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, destacamos o processo de relicitação da Sociedade, na qual através da assinatura do termo aditivo, houve redução do prazo de concessão, afetando o período de recuperabilidade dos impostos diferidos, resultando na baixa do imposto diferido constituído. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Saldos patrimoniais estão representados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	1.806.530	1.714.238
Alíquota nominal	34%	34%
Total	614.220	582.841

Diferenças temporárias passivas

Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(59.598)	(59.598)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	58.252	50.850
Estorno de capitalização de juros	578	578
Amortização estorno de capitalização de juros	(565)	(493)

Base de cálculo diferenças temporárias passivas

Total	(1.333)	(8.663)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(453)	(2.945)

Base do imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos não constituídos	613.767	579.896
Total do imposto de renda e contribuição social	613.767	579.896

Movimentos de resultados representados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	273.937	570.835
Provisão de participação nos lucros	158	166
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	15.342	2.066
Outras provisões	(707)	(123)
Provisão para manutenção de rodovias	(15.167)	(28.197)
Arrendamentos	(205)	(109)
Valor recuperável – Ativo Intangível e Financeiro Líquido	(181.196)	(446.005)
Provisão para perdas esperadas	130	95
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	7.402	17.497
Amortização estorno de capitalização de juros	(72)	(169)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	99.622	116.300

Alíquota nominal 34% 34%
Total 33.871 39.543
Impostos diferidos não constituídos 33.871 39.543
Total do imposto de renda e contribuição social — —

(a) Em razão do processo de relicitação, houve a reversão do imposto diferido constituído devido a inviabilidade de realização desses impostos dentro do novo prazo estabelecido, porém mesmo após o término do 2º termo aditivo esse crédito não prescreverá. (b) Referem-se a provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes a mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes as mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

8. Aplicações Financeiras Vinculadas – A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações: BNDES: A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 22% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de

10. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Atendimento pré-hospitalar (a)	Veículos operacionais (b)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Guinchos (a)	11.921	2.613	547	456	47	17.986
Saldo em 31/12/2023	21	204	392	399	35	1.464
Saldo em 31/12/2024	11.942	2.817	939	855	82	19.450

Amortização acumulada

Saldo em 31/12/2023	(6.920)	(1.818)	(470)	(395)	(36)	(2.378)
Saldo em 31/12/2024	(2.563)	(923)	(409)	(399)	(27)	(398)
Saldo em 31/12/2024	(9.483)	(2.741)	(879)	(794)	(63)	(16.736)

Direito de uso líquido

Saldo em 31/12/2023	5.001	795	77	61	11	24
Saldo em 31/12/2024	2.459	76	60	61	19	39
Saldo em 31/12/2024	21%	33%	44%	47%	33%	14%

Atendimento pré-hospitalar (b)

Saldo em 31/12/2022	12.430	2.491	526	427	75	2.289
Saldo em 31/12/2023	(509)	122	21	30	(28)	(252)
Saldo em 31/12/2023	11.921	2.613	547	457	47	17.986

Amortização acumulada

Saldo em 31/12/2022	(4.316)	(922)	(196)	(161)	(11)	(2.203)
Saldo em 31/12/2023	(2.604)	(896)	(274)	(234)	(25)	(4.208)
Saldo em 31/12/2023	(6.920)	(1.818)	(470)	(395)	(36)	(2.378)

Direito de uso líquido

Saldo em 31/12/2022	8.114	1.569	330	266	64	86
Saldo em 31/12/2023	5.001	795	77	62	11	23
Saldo em 31/12/2023	22%	34%	50%	51%	53%	7%

a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. c) Refere-se a veículos administrativos. d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais. e) Refere-se a impressoras. f) Refere-se a locação de espaço administrativo e escritórios.

11. Imobilizado em Operação – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2023	1.334	4.777	544	2.376	3.922	1	12.954
Adições	79	66	25	—	—	—	170
Transferências/reclassificações	—	59	—	1	—	(1)	59
Saldo em 31/12/2024	1.413	4.902	569	2.377	3.922	—	13.183

Depreciação acumulada

Saldo em 31/12/2023	(1.218)	(4.099)	(461)	(2.124)	(3.578)	—	(11.480)
Depreciação	(126)	(570)	(72)	(214)	(266)	—	(1.248)
Saldo em 31/12/2024	(1.344)	(4.708)	(533)	(2.328)	(3.854)	—	(12.767)

Imobilizado líquido

Saldo em 31/12/2023	116	678	83	252	344	1	1.474
Saldo em 31/12/2024	69	194	36	49	68	—	416
Saldo em 31/12/2024	28%	33%	48%	11%	24%	—	—

Móveis e utensílios

Saldo em 31/12/2022	1.323	4.348	544	2.376	3.922	1	12.514
Adições	11	429	—	—	—	—	440
Saldo em 31/12/2023	1.334	4.777	544	2.376	3.922	1	12.954

Depreciação acumulada

Saldo em 31/12/2022	(989)	(3.205)	(294)	(1.585)	(2.914)	—	(8.987)
Depreciação	(229)	(894)	(167)	(539)	(664)	—	(2.493)
Saldo em 31/12/2023	(1.218)	(4.099)	(461)	(2.124)	(3.578)	—	(11.480)

Imobilizado líquido

Saldo em 31/12/2022	334	1.143	250	791	1.008	1	3.527
Saldo em 31/12/2023	116	678	83	252	344	1	1.474
Saldo em 31/12/2024	10%	20%	20%	10%	10%	—	—

12. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do Intangível	Infraestrutura em Construção (c)	Total
Saldo em 31/12/2023	1.112.627	(712.471)	7.133	1.064	408.353	—	408.353
Adições	51.61						

Arteris Fluminense

Autopista Fluminense S.A.

CNPJ/MF nº 09.324.949/0001-11

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Adiantamento fornecedores		Total do Intangível	Infraestrutura em Construção (c)	Total
			Software				
Custo do intangível							
Saldo em 31/12/2022	1.080.852	(712.471)	6.221	1.064	375.666	–	375.666
Adições	62.876	–	912	–	63.788	39.525	103.313
Transferências/reclassificações	16.153	–	–	–	16.153	(16.153)	–
Transferência ativo financeiro (d)	(47.254)	–	–	–	(47.254)	(23.372)	(70.626)
Saldo em 31/12/2023	1.112.627	(712.471)	7.133	407.289	408.353	–	408.353
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2022	(297.561)	179.057	(4.143)	–	(122.647)	–	(122.647)
Amortização	(550.157)	–	(1.707)	–	(551.864)	–	(551.864)
Transferência ativo financeiro (d)	4.574	–	–	–	4.574	–	4.574
Amortização da redução ao valor recuperável (f)	–	355.608	–	–	355.608	–	355.608
Saldo em 31/12/2023	(843.144)	534.665	(6.850)	–	(314.329)	–	(314.329)
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2022	783.291	(533.414)	2.078	1.064	253.019	–	253.019
Saldo em 31/12/2023	269.483	(177.806)	1.283	407.289	94.024	–	94.024
Taxas de amortização – a.a. (g)	49%	49%	20%	–	–	–	–

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (impairment). (c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza as obras de terceiras faixas e a duplicação da BR101/RJ. (d) Reclassificação para ativo financeiro dos ativos reversíveis, vide nota explicativa nº 9. (e) Transferência de ativos desenvolvidos na holding para operação da Sociedade. (f) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (impairment), linearmente até o prazo da concessão. (g) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade complementou no montante de R\$13.301 (R\$12.811 em 31 de dezembro de 2023) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2024 foi de 1,28% a.a. e em 2023 foi de 1,16% a.a., do total de juros provisionados no exercício. **Análise de impairment:** A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de impairment da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das demonstrações de 31 de dezembro de 2024 e 2023 os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de impairment.

13. Financiamentos – A composição dos financiamentos, negociados em moeda funcional da Sociedade – Real (R\$), é como segue:

Modalidades	Taxas de juros efetivas	Vencimentos	Garantias		31/12/2024		31/12/2023	
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP +2,45% a.a.	dez-24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	110.633	110.082	–	111.642	
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP +2,45% a.a.	nov-26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	110.633	221.724	110.082	221.724	
Custo de transação				(876)	(1.473)	–	–	
Total geral				109.757	220.251	110.082	221.724	
Circulante				55.314	111.793	–	–	
Não circulante				54.443	108.458	110.082	221.724	
Total				109.757	220.251	110.082	221.724	

As movimentações de financiamentos são como segue:

Moeda nacional	31/12/2024		31/12/2023	
	Cir-culante	Não cir-culante	Cir-culante	Não cir-culante
Saldo inicial	112.389	109.335	221.724	103.014
Juros provisionados	14.835	–	14.835	24.906
Amortização de principal	(112.023)	–	(112.023)	(102.527)
Pagamento de juros	(13.903)	(13.903)	(22.453)	–
Transferência	54.473	(54.473)	–	109.449
	55.771	54.862	110.633	112.389
Custo de transação	(457)	(419)	(876)	(596)
Saldo final	55.314	54.443	109.757	111.793

O valor justo dos financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes dos custos de transações apresentadas no passivo não circulante relativas aos financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	2026	2027
	54.862	54.862

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são: 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA – Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais (*)

(*) Não existem saldos considerados como outras despesas e receitas não operacionais

2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições: Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior. Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes: i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora; ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente. 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total". A Sociedade obteve junto ao BNDES, termo de anuência para o processo de relicitação sem prejuízo da manutenção da obrigação da Sociedade de pagar a totalidade do saldo devedor do contrato de forma antecipada junto à instituição. A Sociedade deverá quitar o empréstimo imediatamente após à finalização do processo de relicitação. Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade mesmo após o processo de relicitação está adimplente em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas, bem como com as cláusulas restritivas contábeis e financeiras nos financiamentos. Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado pois em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há passivos financeiros conversíveis em ações, também não há obrigação de apresentar cumprimento de covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. A Sociedade cumpriu todos os índices dos covenants de seus financiamentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A Sociedade estima que irá cumprir os covenants que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

14. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2024, o saldo no passivo circulante de R\$10.563 (R\$16.545 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$7.367 (R\$10.763 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	3.748	2.647	6.395	4.314	6.650	10.964
Remensurações	1.705	(241)	1.464	(252)	–	(252)
Utilizações (*)	(5.320)	–	(5.320)	(5.021)	–	(5.021)
Ajuste a valor presente – AVP	395	–	395	704	–	704
Transferências	2.406	(2.406)	–	4.003	(4.003)	–
	2.934	–	2.934	3.748	2.647	6.395

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$4.819 (R\$4.601 em 31 de dezembro de 2023). O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são respectivamente R\$88 e R\$404 para PIS e Cofins (R\$83 e R\$382, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a taxa média é de 9,36% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as despesas relativas a arrendamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos são conforme demonstradas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Guinchos	14	51
Máquinas e Equipamentos	5	30
	19	81

16. Transações com Partes Relacionadas – As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas e debêntures privadas para capital de giro, execução de obras e manutenção de rodovias. Os saldos patrimoniais e as transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Arteris S.A. - controladora (a)	–	2
Conta a receber de partes relacionadas circulante	–	2
Total parte relacionada no ativo circulante	–	2
Passivo circulante		
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (a)	4.493	2.787
Fernão Dias S.A.	1	253
Régis Bittencourt S.A.	–	19
Passivos com partes relacionadas circulante	4.494	3.059
Total do passivo circulante	4.494	3.059
Passivo não circulante		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (b)	1.400.879	1.248.017
Empréstimos partes relacionadas não circulante	1.400.879	1.248.017
Total do passivo não circulante	1.400.879	1.248.017

	31/12/2024	31/12/2023
Passivos Circulante e Não Circulante		
Saldo inicial	1.248.017	1.248.017
Captações/Liberações	13.200	13.200
Juros provisionados	164.445	164.445
IR retido	(24.783)	(24.783)
Saldo final	1.400.879	1.400.879

	Despesas financeiras (a)	Despesas gerais (a)	Despesas financeiras (b)	Despesas gerais (b)
Controladora				
Arteris S.A. (a)	(164.445)	(7.030)	(162.464)	(9.941)
Juros Capitalizados	11.411	–	9.804	–
Outras partes relacionadas	–	–	–	–
Fernão Dias S.A.	–	111	–	(1.370)
Litoral Sul S.A.	–	–	–	(5)
Total	(153.034)	(6.919)	(152.660)	(11.316)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da holding, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem "Outras partes relacionadas" estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas. (b) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures privadas, de série únicas, não conversíveis em ações, celebradas com a Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread que variam de 1% a 1,6% ao ano e tem vencimento do principal e juros previsto para 31 de dezembro de 2028. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data de Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	31/12/2024	31/12/2023
10/04/2015	31/12/2028	1,5% a.a.	72.004	104.004	72.004	85.590
03/07/2015	31/12/2028	1,5% a.a.	12.000	16.573	12.000	13.589
19/10/2015	31/12/2028	1,5% a.a.	35.000	45.062	35.000	36.724
21/05/2018	31/12/2028	1,0% a.a.	280.000	149.434	280.000	107.963
22/03/2021	31/12/2028	1,6% a.a.	422.700	186.081	422.700	124.826
20/04/2023	31/12/2028	1,0% a.a.	68.430	9.591	55.230	2.391
			890.134	510.745	876.934	371.083

Total de debêntures a pagar 1.400.879 1.248.017
 No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2024, a Sociedade reconheceu o montante de R\$3.905 (R\$2.594 em 31 de dezembro de 2023), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$2.197 (R\$758 em 31 de dezembro de 2023), relativos à diretoria da Sociedade e R\$1.708 (R\$1.836 em 31 de dezembro de 2023), relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração anual sem encargos em até R\$486 para o ano de 2024 (R\$635 para o ano de 2023). Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

17. Benefícios a Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e os objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.250 e R\$2.092. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) consolidado e por Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. Provisões – (a) **Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** A movimentação dos saldos dos riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	31/12/2023	Adições	Rever-sões	Rever-mentos	Encargos	31/12/2024
Cíveis	34.272	17.727	(7.679)	(1.528)	6.861	49.653
Trabalhistas	689	1.322	(630)	(672)	(59)	650
Regulatórias	–	785	–	(785)	–	–
Total	34.961	19.834	(8.309)	(2.985)	6.802	50.303

Após a assinatura do termo aditivo do contrato de concessão em 15 de junho de 2022, o saldo provisionado referente a multas regulatórias foi baixado contra o ativo financeiro conforme previsto na Lei 13.448/17 e mencionado na nota explicativa nº 9. A Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Possíveis		
Cíveis	8.882	7.561
Trabalhistas	–	655
Regulatórios	16.549	10.216
Fiscais	6.424	5.854
Total	32.510	24.293

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc. Os depósitos judiciais no montante de R\$1.216 em 31 de dezembro de 2024 (R\$768 em 31 de dezembro de 2023) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT. Após a assinatura do TAC Multas mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade realizou a dedução no montante de R\$53.654 do Ativo Financeiro, o qual a Sociedade mantém em razão do processo de relicitação. Essa dedução é referente aos processos regulatórios administrativos prováveis, possíveis e remotos objeto de negociação de TAC de multas. (b) **Provisão para manutenção:** A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (5,78% a.a. em 31 de dezembro de 2023), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. A movimentação do saldo das provisões para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Circulante	Não Circulante
--	------------	----------------



Autopista Fluminense S.A.

CNPJ/MF nº 09.324.949/0001-11

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

21. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2024	31/12/2023
Custos:		
Com pessoal	(23.898)	(22.417)
Serviços de terceiros	(20.486)	(20.147)
Conservação	(18.347)	(17.763)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(651)	(638)
Consumo	(4.823)	(4.158)
Transportes	(4.752)	(3.920)
Verba de fiscalização	(6.766)	(6.468)
Seguros/Garantias	(2.575)	(2.569)
Provisão de manutenção em rodovias	(36.482)	(16.523)
Custos de serviços da construção	(50.029)	(89.590)
Depreciação/Amortização	(150.248)	(202.475)
Outros	(911)	(1.192)
Total	(319.968)	(387.860)

(*) Em virtude da atualização financeira do ativo financeiro referente ao processo de relicitação da Sociedade, parte dos juros sobre os empréstimos utilizado para aquisição desse ativo financeiro, passou a ser classificado como despesa operacional.

22. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	569	776
Créditos fiscais	11	11
Outras receitas	16	5
Total	595	792
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(153.034)	(152.660)
Atualização monetária – excedente tarifário	(38.329)	(16.850)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.625)	(3.983)
Outras despesas	(8.926)	(3.495)
Total	(202.914)	(176.988)

(*) Do total dos juros de empréstimos e financiamento incorridos em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$179.280 (R\$187.369 em 31 de dezembro de 2023), o montante de R\$14.835 (R\$24.906 em 31 de dezembro de 2023) referente aos juros do BNDES foi reclassificado para despesas operacionais e do montante de R\$13.301 (R\$12.811 em 31 de dezembro de 2023) dos juros capitalizados reconhecidos como adição de infraestrutura em construção na demonstração dos fluxos de caixa de investimentos, R\$1.890 (R\$3.007 em 31 de dezembro de 2023) referente aos juros capitalizados sobre o financiamento do BNDES foi reclassificado para despesas operacionais.

23. Demonstração dos Fluxos de Caixa – a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares

	31/12/2024	31/12/2023
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	63.302	103.313
Total das adições de imobilizado (b)	170	440
Juros capitalizados – Debêntures Privadas (a)	(11.411)	(9.804)
Juros capitalizados – Financiamentos (a)	(1.890)	(2)
50.171	93.947	
Aquisição (adições)	(50.171)	(93.947)
Fornecedores	1.324	(39.299)
Obrigações fiscais	(252)	(925)
Contas a pagar – partes relacionadas	1.430	(1.174)
Cauções contratuais	(1.715)	5.516
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(49.384)	(129.829)
Fluxo de caixa imobilizado	(170)	(440)
Fluxo de caixa intangível	(49.214)	(129.389)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(49.384)	(129.829)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	787	(35.882)

(a) Vide nota explicativa nº 12 e nº 22. (b) Vide nota explicativa nº 11.

24. Prejuízo por Ação – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e diluído por ação.

	31/12/2024	31/12/2023
Básico/Diluído		
Prejuízo do exercício	(102.571)	(116.997)
Número de ações durante o exercício	659.918	659.918
Prejuízo por ação	(0,1557)	(0,1776)

25. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Mensuração	31/12/2024	31/12/2023
	Nível (a)	Contábil	Contábil
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	7.194
Aplicação financeira	Nível 2	1	3.329
Contas a receber clientes	Nível 2	2	18.789
			18.028

Diretoria

Alisson de Almeida Freire Diretor Presidente	Ricardo Luis da Silva Diretor Superintendente	Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Giane Luza Zimmer de Freitas Diretora de Assuntos Regulatórios	Luiz Cesar Lindgren Costa Diretor de Engenharia
--	---	---	--	---

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia Conselheiro	Flávia Lúcia Mattioli Tâmega Conselheira	Roberto Paolini Conselheiro	Anderson Rossi Mosna CRC 1SP 257.150/O-7
--	--	---------------------------------------	--

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Fluminense S.A. Niterói-RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Fluminense S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Fluminense S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Relicitação do contrato de concessão: Chamamos a atenção para nota explicativa nº1, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, pelo fato de que em 15 de junho de 2022 a Autopista Fluminense S.A. celebrou o 3º Termo Aditivo ao contrato de concessão em decorrência do processo de relicitação, previsto na Lei nº 13.448/17, do empreendimento público federal do lote rodoviário BR-101/RJ, no trecho entre a divisa dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo/Ponte Presidente Costa e Silva. O referido documento tem por objeto a postergação por mais 12 (meses), a

			31/12/2024	31/12/2023
	Nível	(a)	Contábil	Contábil
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	–	–
Outras contas a receber	Nível 2	2	1.305	1.305
Outros créditos	Nível 2	2	504	504
Ativo financeiro	Nível 2	1	895.201	895.201
			926.322	926.322
			933.220	933.220

			31/12/2024	31/12/2023
	Nível	(a)	Contábil	Contábil
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos (a)	Nível 2	2	109.757	109.757
Debentures privadas – partes relacionadas	Nível 2	1	1.400.879	1.400.879
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	4.494	4.494
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	17.930	17.930
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	566	566
Outras contas a pagar	Nível 2	2	2.359	2.359
Arrendamento mercantil a pagar (b)	Nível 2	1	2.934	2.934
			1.538.919	1.538.919
			1.509.085	1.509.085

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(a) Vide nota explicativa nº 13; (b) Não é escopo do CPC 48

Mensuração a valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulares são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos financiamentos sujeitos a taxa pós-fixada como IPCA aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis. Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – taxas de juros – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. a) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% e redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de financiamentos, debêntures com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Modalidade	Taxa de juros (a)	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos
BNDES automático (b)	11,49%	110.633	120.716	15.501	46.940	58.275	–
Arrendamento mercantil a pagar	9,36%	2.934	3.045	1.013	2.032	–	–
Partes relacionadas	13,02%	1.400.879	1.400.879	–	–	–	1.400.879
Fornecedores e cauções contratuais	–	17.930	17.930	17.035	895	–	–
Fornecedores partes relacionadas	–	4.494	4.494	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	2.359	2.359	2.179	180	–	–
		1.539.229	1.549.423	40.222	50.047	58.275	1.400.879

(a) Média ponderada efetiva % a.a. (b) Valor bruto dos custos de transação.

27. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regulamentadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais

	31/12/2024	31/12/2023
Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases		
Indicadores		
CDI	14,65%	18,31%
Receita de aplicações financeiras	1.339	1.674
Juros a incorrer – Mútuos e Debêntures privadas (*)	(227.103)	(279.110)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(225.764)	(277.436)
TJLP	7,97%	9,96%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(8.265)	(9.660)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(8.265)	(9.660)
Juros a incorrer líquido no resultado	(234.029)	(287.096)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: CDI relatório FOCUS de 02 de janeiro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. b) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de que a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobrança. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplimentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$18.703 (R\$17.286 em 31 de dezembro de 2023) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos Ltda., ConectCar – ConectCar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais – Move Mais Meios de Pagamento Ltda, Veloe – Alelo Instituição de Pagamento S.A. e Greenpass – Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de recibos de pedágios arrecadados pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. c) Risco de liquidez e gestão de capital: Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$102.571 (R\$116.997 em 31 de dezembro de 2023). Com o advento dos impactos ocasionados após a assinatura do 2º termo aditivo referente a relicitação, o patrimônio líquido ficou descoberto em R\$727.355 (R\$624.784 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024 o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$92.864 (R\$173.195 em 31 de dezembro de 2023). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

	Fluxos de caixa contratuais
	Total
Todos os riscos	180.000
Responsabilidade civil	20.000
Garantia	128.977

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT e processos fiscais movidos pelas prefeituras de São Gonçalo e Rio Bonito, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessas garantias em 31 de dezembro de 2024 é de R\$57.348 (R\$53.470 em 31 de dezembro de 2023).

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	128.977

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT e processos fiscais movidos pelas prefeituras de São Gonçalo e Rio Bonito, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessas garantias em 31 de dezembro de 2024 é de R\$57.348 (R\$53.470 em 31 de dezembro de 2023).

dezembro de 2024 reconhecidas no período, tais como nota fiscal, medições e comprovantes de pagamento; - Recálculo da tarifa excedente a ser deduzida do ativo financeiro; e - Avaliação se as divulgações das demonstrações contábeis estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o montante reconhecido como ativo financeiro dos bens reversíveis e indenizáveis bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido

continua ...



arteris
Fluminense

Autopista Fluminense S.A.

CNPJ/MF nº 09.324.949/0001-11

... continuação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto-SP, 26 de fevereiro de 2025.

KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027.666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP 293.539/O-8



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>